



Nº 33 – dezembro/2016

## XIV Plenária Enccla aprova 11 ações para 2017



*Foto com os participantes da XIV Reunião Plenária da Enccla, em Natal-RN*

A 14ª Reunião Plenária da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), realizada de 28 de novembro a 1º de dezembro, em Natal/RN, anunciou as Ações propostas para o enfrentamento desses crimes em 2017.

Entre as [11 Ações](#) estão a criação de instrumentos que façam avançar a cooperação jurídica internacional, permitindo a formação de equipes conjuntas de investigação transnacional nas áreas de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro; elaboração de diagnóstico sobre a atual conjuntura da utilização de moedas virtuais e meios de pagamento eletrônico; e ampliar o compartilhamento de dados para o combate à corrupção e à lavagem de dinheiro.

Nas próximas semanas, os participantes das Ações deverão designar seus representantes, e no mês de janeiro os coordenadores das Ações terão a incumbência de entregar os planos de trabalho delas, com

o apoio da Secretaria Executiva. As primeiras reuniões dos grupos de trabalho da ENCCLA 2017 devem ter início em fevereiro.

Na Plenária também ocorreu a aprovação dos relatórios finais das 13 Ações levadas a cabo no ano de 2016. Os produtos finais incluem aplicativos para o combate à corrupção (um com dados do SICONV e outro chamado 'As Diferentonas'), diversas propostas de inovação ou alteração normativa e vários documentos para divulgação, a exemplo de rankings de transparência, de documento de diretrizes para estruturação de sistemas de controle interno nos estados e municípios e de levantamento de boas práticas e tipologias de desvio de finalidade à luz do novo marco regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Lei nº 13.019/2014).

Outro destaque da Plenária foi a aprovação do [Manifesto da Enccla em Natal/RN](#) contra a rejeição, pela Câmara dos Deputados, no âmbito da votação do PL nº 4.850/2016, de medidas contra a corrupção e a lavagem de dinheiro discutidas e amadurecidas pela Estratégia ao longo dos anos.

Secretaria Executiva

## CURTAS

### Conheça as Ações Enccla 2017

- *Este espaço é aberto à divulgação de eventos, agendas e demais temáticas que sejam relevantes para os órgãos integrantes da Enccla. Contato: [comunica.enccla@mj.gov.br](mailto:comunica.enccla@mj.gov.br)*

## MATÉRIAS

## ADPF participa de encontro da Enccla em Natal (RN)

Reunião servirá para órgãos avaliarem ações de 2016 e definir metas para o ano que vem



Foto: Divulgação Enccla

**01/12/2016** - O presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF), Carlos Eduardo Sobral, participa, até esta sexta-feira (01/12), da 14ª Reunião Plenária da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), em Natal, no Rio Grande do Norte.

O evento, que reúne cerca de 150 representantes de 80 órgãos públicos federais, estaduais e municipais e da sociedade civil organizada, tem como objetivo avaliar as ações realizadas pelos participantes este ano e definir novas metas para 2017.

Além dos Delegados Federais, participam da reunião, que começou no último dia 28, associações de magistrados e membros do Ministério Público. Para Sobral, um dos principais desafios dos órgãos de combate à corrupção, para 2017, é fortalecer as instituições que atuam diretamente na repressão a este tipo de crime.

“A Polícia Federal é o principal ator no enfrentamento de desvios de recursos públicos no Brasil. É fundamental, portanto, que a PF, assim como os demais órgãos de fiscalização e controle, tenha sua autonomia funcional e administrativa”, assinala o presidente da ADPF.

A Enccla foi instituída em 2003, sob coordenação do Ministério da Justiça, e é formada hoje por mais de 60 órgãos dos três poderes da República e da sociedade civil, que atuam direta ou indiretamente na prevenção e combate à corrupção e à lavagem de dinheiro.

## AGU – Advocacia-Geral da União

### **Lava Jato: AGU obtém bloqueio de bens da Odebrecht, OAS, Léo Pinheiro e Renato Duque**

**28/11/2016** - A Advocacia-Geral da União obteve, na Justiça Federal de Curitiba (PR), o bloqueio de bens das construtoras Odebrecht e OAS, do empresário José Aldemário Pinheiro Filho (Léo Pinheiro) e do ex-diretor de Serviços da Petrobras Renato Duque. A decisão determina, entre outras providências, que as construtoras depositem mensalmente, em uma conta judicial, valor equivalente a 3% dos respectivos faturamentos.

O pedido de bloqueio de bens foi formulado pela AGU com base em um acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU) que apontou a participação dos envolvidos no superfaturamento de dois contratos da Petrobrás relativos à construção da refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco. De acordo com auditoria da corte de contas, o prejuízo para a petrolífera provocado pelas irregularidades chega a R\$ 2,1 bilhões.

A indisponibilidade dos bens das empresas e pessoas envolvidas foi feita inicialmente pelo próprio TCU, mas o ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal, suspendeu o bloqueio por entender que apenas o Poder Judiciário poderia determinar tal medida. Foi então que a Advocacia-Geral, por meio da força-tarefa da Lava Jato na Procuradoria da União no Paraná, solicitou o bloqueio à Justiça Federal.

No pedido, os advogados da União demonstraram que a medida – fundamental para assegurar que os cofres públicos sejam ressarcidos caso os réus sejam condenados em definitivo – está prevista na Constituição Federal e na Lei de Improbidade Administrativa (8.429/92).

Responsável pela análise do caso, a 1ª Vara Federal de Curitiba acolheu o pedido de bloqueio de bens (até o limite de R\$ 2,1 bilhões) dos envolvidos e ainda determinou que as empresas depositem em conta judicial 3% de seu faturamento mensal. Em sua decisão, o magistrado explicou que o percentual – fixado com base no valor médio de propina que o cartel pagava a agentes públicos para fraudar as licitações – não inviabiliza a continuidade das atividades das construtoras.

O bloqueio também alcança imóveis das empresas no Brasil e no exterior. Em relação à Léo Pinheiro e Renato Duque, ficam indisponíveis não só valores depositados em contas e aplicações financeiras no Brasil e no exterior, mas também veículos, joias, obras de arte e outros itens. “Havendo fundados indícios de que a colusão das empresas réus causou expressivo dano à União, acionista controladora da Petrobrás, é de se deferir a indisponibilidade de bens ainda no limiar do processo para garantir que eventual condenação a indenização, multa e quejandos seja eficaz ao fim do curso processual”, assinalou o juiz.

## A ação

A solicitação de bloqueio de bens foi feita no âmbito de ação de improbidade administrativa que os advogados da União já haviam ajuizado contra os envolvidos no esquema. O processo original abrange outros três contratos, além dos dois da Abreu e Lima que foram auditados pelo TCU, razão pela qual também pede a condenação de outras empresas e pessoas, como a de Pedro Barusco e Alberto Yousseff. No total, somente nesta ação de improbidade a AGU pleiteia que os envolvidos no esquema de fraudes de licitações da Petrobras sejam condenados a pagar R\$ 6,1 bilhões (sendo R\$ 1,5 bilhão de ressarcimento e R\$ 4,6 bilhões em multas).

A Procuradoria da União no Paraná é unidade da Procuradoria-Geral da União, órgão da AGU.

Ref.: Ação Civil Pública nº 502595671.2016.4.04.7000 – 1ª Vara Federal de Curitiba.

[AGU – Advocacia-Geral da União](#)

**[Combate à corrupção é prioridade para AGU em ano de aumento de ações ajuizadas](#)**

**15/12/2016** - Declarado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o Dia Internacional Contra a Corrupção, o 9 de dezembro é uma data que estimula governos, entidades internacionais e populações de todo o mundo a refletirem sobre a importância de combater irregularidades que desviam valiosos recursos das políticas públicas e ameaçam a credibilidade das instituições democráticas. Não é diferente

na Advocacia-Geral da União (AGU), que fez do enfrentamento à corrupção uma de suas prioridades em 2016.

“Trata-se de uma das atuações importantes da Advocacia-Geral da União na defesa do Estado democrático de direito, que vem sendo desempenhada de forma institucional há alguns anos e rendendo cada vez mais frutos na recomposição do erário e do patrimônio público, a partir da seriedade, dedicação e responsabilidade dos advogados públicos federais”, afirma a advogada-geral da União, ministra Grace Mendonça.

Um dos exemplos são as ações civis públicas ajuizadas contra os envolvidos no esquema de fraudes em contratos da Petrobras investigado pela operação Lava Jato. No total, a AGU já propôs cinco ações pedindo a devolução de mais de R\$ 23 bilhões aos cofres públicos, entre multas e valores desviados que deverão ser ressarcidos.

As ações foram propostas pela Procuradoria da União no Paraná – uma unidade da Procuradoria-Geral da União (PGU), órgão da AGU – contra as empreiteiras Mendes Júnior, Engevix, Galvão, OAS, Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Odebrecht e UTC, e também contra o doleiro Alberto Yousseff e os ex-dirigentes da Petrobras Paulo Roberto Costa, Renato Duque e Pedro Barusco, entre outros.

Recentemente, um dos pedidos de bloqueio de bens formulado pela Advocacia-Geral nas ações, no valor de R\$ 2,1 bilhões, foi acolhido pela Justiça, que determinou que as construtoras OAS e Odebrecht depositassem em uma conta judicial quantia correspondente a 3% de seus respectivos faturamentos mensais.

“Fazemos questão de aproveitar esta data para renovar o compromisso com a sociedade de defesa irrenunciável do interesse público, visando evitar os desvios de recursos ou, quando eles infelizmente ocorrerem, buscar sua efetiva recomposição”, diz o diretor do Departamento de Patrimônio e Probidade da PGU, o advogado da União Vinícius Torquetti. “A partir de ações pautadas na articulação intra e interinstitucional, bem como na atuação técnica e responsável, buscamos contribuir para que prevaleça em nosso país o respeito ao patrimônio público por todos, cidadãos e gestores públicos”, completa.

### **Especialização**

A AGU também ajuizou, nos últimos dois anos, cerca de 200 ações de improbidade administrativa contra pessoas e empresas envolvidas em irregularidades. Somente no âmbito da Procuradoria-Geral Federal (PGF) – órgão da Advocacia-Geral da União responsável pela defesa judicial e assessoramento jurídico das autarquias e fundações federais – foram, por exemplo, 305% mais ações de combate à corrupção em 2016 do que no ano anterior. O crescimento é resultado da criação da Equipe de Trabalho Remoto/Probidade (ETR/Probidade), uma força-tarefa especializada neste tipo de processo que começou a atuar em maio.

Foram 77 ações propostas pelo grupo (contra 19 ajuizadas em 2015), sendo 59 de improbidade administrativa e outros 18 pedidos de bloqueio de bens baseados em investigações do Tribunal de Contas da União (TCU). A expectativa é de que até R\$ 192,5 milhões possam ser recuperados para os cofres públicos com os processos.

As ações são elaboradas após a análise de procedimentos administrativos instaurados no âmbito das autarquias e fundações federais, principalmente tomadas de contas e processos disciplinares. A equipe – formada por sete procuradores federais – analisa as informações repassadas pelos entes públicos e, caso

identifique a necessidade, formula as ações de improbidade administrativa contra os responsáveis pelas irregularidades detectadas. Desde a criação do grupo, cerca de 500 procedimentos foram verificados.

Grande parte envolve casos em que ex-prefeitos, ex-secretários municipais e entidades particulares não prestaram contas adequadamente do que foi feito com verba federal recebida por meio de convênio. Algumas das ações envolveram, por exemplo, recursos liberados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a construção de escolas e compra de veículos de transporte escolar. Sem a comprovação de que o dinheiro foi aplicado corretamente, surgem os indícios de que foi desviado para outras finalidades.

### Próximos passos

Para tornar ainda mais eficaz o combate à corrupção, a força-tarefa aposta agora na intensificação da colaboração com outros órgãos. A equipe já discute com o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle a realização de um pente-fino em todos os casos de demissão de servidores de autarquias e fundações federais por atos de improbidade dos últimos cinco anos. Em outra frente, foi feita uma parceria com a Polícia Federal para que inquéritos policiais que envolvam atos de improbidade no âmbito de autarquias e fundações federais sejam encaminhados para a ETR/Probidade.

“A atuação concentrada nas mãos de uma única equipe nacional já está propiciando a adoção de estratégias específicas em razão do tipo e forma das irregularidades, materializando a maior preocupação da ETR/Probidade, que é a qualidade das petições iniciais elaboradas”, explica o procurador federal Guilherme Moreira, chefe da Divisão de Defesa da Probidade da PGF. “Além disso, essa estratégia já aumentou significativamente a produtividade e especialidade nas análises de processos administrativos em matéria de defesa da probidade, sempre orientadas pela busca de uma otimização do ressarcimento ao erário”, conclui.

[Ajufe – Associação dos Juízes Federais do Brasil](#)

[Lançamento do livro “Cooperação Jurídica Internacional Penal – Tributária e Transnacionalidade”](#)

Reunião servirá para órgãos avaliarem ações de 2016 e definir metas para o ano que vem

**12/12/2016** - Na próxima quinta-feira (15), às 18h, o Juiz Federal Marco Bruno Miranda lançará o livro “Cooperação Jurídica Internacional Penal – Tributária e Transnacionalidade”. O evento ocorrerá na sede da Justiça Federal do Rio Grande do Norte, em Natal.

O livro traz a tese de doutorado do magistrado, onde ele aborda a cooperação jurídica como trabalho essencial para identificação de crimes como a lavagem de dinheiro. Na obra, o Juiz Federal Marco Bruno ressalta que a partir da troca de informações é possível investigar e punir crimes envolvendo divisas internacionais.

A obra está sendo publicada pela editora Quartier Latin.

[CGU – Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União](#)

## "A corrupção causa manutenção da pobreza no país", diz secretário-executivo da Transparência

*Afirmção foi feita durante evento do Dia Internacional Contra a Corrupção, em Brasília (DF)*

**09/12/2016** - O Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU) realizou, nesta sexta-feira (9), em Brasília (DF), evento alusivo ao [Dia Internacional contra a Corrupção](#). Na ocasião, o secretário-executivo e ministro substituto, Wagner Rosário, apresentou balanço dos principais resultados alcançados em 2016; além de conduzir a premiação do [4º Concurso de Boas Práticas](#) e do [8º Concurso de Desenho e Redação](#), ambos promovidos pelo Órgão.

Em sua fala inicial, Rosário lembrou que, mais do que comemorar os avanços, a data serve para refletir sobre a luta contra a malversação com o dinheiro público. "Não é uma tarefa fácil, exige mudança de pensamento e comportamento. Entre os desafios está o de atuar, de forma mais estruturada e sistêmica, com os demais órgãos de defesa do Estado e com a sociedade", disse.

O secretário-executivo também destacou que a corrupção acontece em todas as nações, sendo mais severa naquelas em desenvolvimento, como o Brasil. "É um mal que provoca desigualdade social, diminui o crescimento econômico, corrói o Estado e as suas instituições. É uma das principais causas da manutenção da pobreza no país", enfatizou.

A mesa de abertura também foi composta pelo auditor Interno da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), José Renato Pinto da Fonseca; do secretário de Educação Básica do Ministério da Educação (MEC), Rossieli Soares da Silva; do diretor de Patrimônio e Probidade da Advocacia Geral da União (AGU), Vinícius Torquetti; e do secretário de Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Marcelo Pagotti.

### **Balanço de Ações**

Durante o evento também foi apresentado o [Balanço de Ações em 2016](#). Entre os destaques estão o fomento à integridade no setor privado, por meio do [Empresa Pró-Ética](#); a avaliação das medidas de integridade nas empresas estatais; o recorde histórico de acessos ao [Portal da Transparência do Governo Federal](#); e o crescimento das manifestações recebidas (sugestões, elogios, reclamações e denúncias).

No decorrer deste ano, foram deflagradas 247 [operações especiais](#) em parceria com a Polícia Federal (PF) e o Ministério Público Federal (MPF), que identificaram prejuízo de R\$ 4 bilhões; e houve fiscalização de R\$ 17,5 bilhões descentralizados a 70 municípios e aos 26 estados para a execução de políticas públicas. No campo disciplinar, 6.128 servidores foram expulsos por atos contrários à lei (65% deles por corrupção) e 1.104 empresas foram punidas por irregularidades em licitações e contratos (três delas envolvidas na Operação Lava Jato).

Também foram enfatizados os benefícios financeiros decorrentes da atuação do Ministério. Em 2016, foram contabilizados R\$ 952 milhões em diminuição de desperdícios, aumento da eficiência e retorno de recursos com aplicação indevida. Desde 2012, são quase R\$ 16 bilhões.



O Ministério da Transparência tem aprimorado sua atuação em todo o território nacional, baseado em três alicerces: prevenção, detecção e punição. O órgão, criado em maio de 2003, desenvolve múltiplas funções inerentes ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, por meio de quatro suas grandes unidades: Secretaria Federal de Controle Interno, Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção (STPC), Ouvidoria-Geral da União (OGU) e Corregedoria-Geral da União (CRG).

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

### **Novas regras para combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo**

Audiência pública propõe substituição de norma sobre o tema no mercado de valores mobiliários

**17/11/2016** - A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) coloca em audiência pública hoje, 17/11/2016, minuta de instrução que pretende substituir a Instrução CVM 301. O documento apresenta inovações refletindo as melhores práticas atualmente implementadas nos principais mercados mundiais.

*"O objetivo é atualizar as disposições da norma estabelecendo regras que procuram alinhar o arcabouço regulatório da CVM às recomendações do Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo (GAFI/FATF) e aos compromissos assumidos junto à Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA)",* informou o superintendente de desenvolvimento de mercado (SDM), Antonio Berwanger.

Dentre as inovações propostas, destacam-se:

- o estabelecimento da Abordagem Baseada em Riscos (ABR) na prevenção à lavagem de dinheiro e do financiamento ao terrorismo. O intuito é otimizar os recursos humanos, materiais e de informação das pessoas obrigadas pelo art. 2º da Minuta no sentido de permitir o gerenciamento eficaz das atividades desenvolvidas no processo de identificação, monitoramento, análise, e mitigação de riscos na condução de seus negócios;
- o balizamento da implantação da ABR por parte dos segmentos regulados pela CVM com a previsão de que as instituições elaborem uma avaliação interna de riscos e uma política de prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo (PLDFT);
- a previsão de designação de dois diretores distintos para o cumprimento das obrigações, reforçando a importância da figura dos controles internos na organização;
- aprimoramentos no processo de identificação do cliente contemplando flexibilização nos prazos de atualização cadastral, conceituação de beneficiário final e definição de diligências devidas pelas instituições para tal identificação; e
- aprimoramento das hipóteses de comunicação de operações suspeitas.

A norma prevê ainda a realização de análise individualizada em caso de detecção de alguma atipicidade quando do monitoramento das operações. A comunicação do fato ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) será condicionada à verificação de que as informações disponíveis são consistentes e suficientes para embasar tal reporte.

Cabe ressaltar que a Autarquia possui um núcleo de prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo, componente organizacional ligado à Superintendência Geral (SGE).



Sugestões com relação à minuta devem ser encaminhadas à Superintendência de Desenvolvimento de Mercado (SDM) pelo endereço eletrônico [audpublicaSDM0916@cvm.gov.br](mailto:audpublicaSDM0916@cvm.gov.br) até 16 de janeiro de 2017.

MJC - Ministério da Justiça e Cidadania

### Acordo para prevenir desvio de recursos federais é resultado de ação da Enccla

*Caixa Econômica e Banco do Brasil vão impedir que sejam feitos saques em espécie das contas que recebem recursos públicos federais. Objetivo é impedir a lavagem de dinheiro e desvio de verba*



Brasília, 9/12/16 – O Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal firmaram acordo com o Ministério Público Federal (MPF) para prevenir desvios de recursos da União repassados a estados e municípios. O termo de ajustamento de conduta é resultado de recomendação da Ação 13 de 2016 da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla). A ação tratou do aperfeiçoamento de procedimentos e controles relativos a operações envolvendo recursos em espécie, a fim de mitigar riscos em lavagem de dinheiro e desvio de recursos públicos.

O acordo prevê a implementação de medidas que permitirão o rastreamento de toda e qualquer movimentação dos valores repassados, além de impedir a transferência de verbas para contas sem a devida identificação e sem a motivação do repasse. A iniciativa foi anunciada pela Procuradoria-Geral da República, nesta quarta-feira (7), durante evento em solenidade ao Dia Internacional de Combate à Corrupção, celebrado dia 9 de dezembro.

*Fonte: MJC*

MJC - Ministério da Justiça e Cidadania

### Delegação da Guiné-Bissau conhece modelo brasileiro de combate à corrupção

*Entre os temas de interesse da equipe estiveram a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) e experiências com a Rede-LAB Cooperação Jurídica Internacional*



Brasília, 7/12/16 – Uma delegação formada por seis juízes e seis promotores da Guiné-Bissau visitou o Ministério da Justiça e Cidadania nesta terça-feira (6) para conhecer o modelo brasileiro de combate à corrupção. A equipe foi recebida pelo diretor do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI/MJC), Ricardo Saadi, e pelo coordenador da Rede de Laboratórios de Tecnologia (Rede-LAB), Leonardo Terra.

Entre os temas discutidos no encontro, foram abordados diversos aspectos do [acordo de cooperação entre Brasil e Guiné-Bissau](#), que decorre no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). A [Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro \(Enccla\)](#) também foi um dos destaques apresentados pelo diretor do DRCI. “Aqui no Brasil, encontro que discute o combate à corrupção reuniu mais de 80 órgãos e instituições neste ano”, informou Saadi. Ainda foram apresentados à delegação guineense as experiências com a [Rede-LAB](#), [Cooperação Jurídica Internacional](#), e outras.

*Fonte: MJC*

MJC - Ministério da Justiça e Cidadania

**[Enccla anuncia ações de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro para 2017](#)**

*Entre as medidas aprovadas consta ampliar o compartilhamento de dados para o combate à corrupção e à lavagem de dinheiro*



Natal, 02/12/16 – A 14ª Reunião Plenária da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) anunciou, na noite desta quinta-feira (1º), em Natal, as ações propostas para o enfrentamento desses crimes em 2017.

Entre as 11 medidas estão: criar instrumentos que façam avançar a cooperação jurídica internacional, permitindo a formação de equipes conjuntas de investigação transnacional nas áreas de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro; elaborar diagnóstico sobre a atual conjuntura da utilização de moedas virtuais e meios de pagamento eletrônico e ampliar o compartilhamento de dados para o combate à corrupção e à lavagem de dinheiro.

O secretário nacional de Justiça e Cidadania, Gustavo Marrone, disse que a plenária final legitima todo o processo de construção e de orientações que são feitas na Enccla e tem todo o escopo para que se reivindique que essas ações sejam implantadas e aprovadas nos órgãos legislativos. “Esses quatro dias mostraram que é preciso continuar trabalhando contra a corrupção, propondo sempre melhorias a esse sistema de prevenção, seja na questão do controle ou legislativa”, disse.

Nos últimos quatro dias, os integrantes da Enccla estiveram reunidos em Natal para avaliar os trabalhos desenvolvidos ao longo de 2016 e definir a programação do ano seguinte.

Instituída pelo Ministério da Justiça e Cidadania em 2003, sob a coordenação do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional da Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania, a Enccla é formada por mais de 60 órgãos dos três poderes da República, Ministérios Públicos e da sociedade civil, que atuam, direta ou indiretamente, na prevenção e combate à corrupção e à lavagem de dinheiro. A Estratégia intensifica a prevenção a esses crimes porque soma a expertise de diversos parceiros em prol do Estado brasileiro.

[Conheça as Ações de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro para 2017.](#)

Fonte: MJC

MJC - Ministério da Justiça e Cidadania  
[Manifesto da ENCCLA em Natal/RN](#)

Acesse a íntegra do texto produzido na XIV Plenária da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro - Enccla 2017

A XIV Reunião Plenária da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), fórum que reúne mais de setenta órgãos públicos e entidades privadas ligadas à prevenção e à repressão da corrupção e da lavagem de dinheiro:

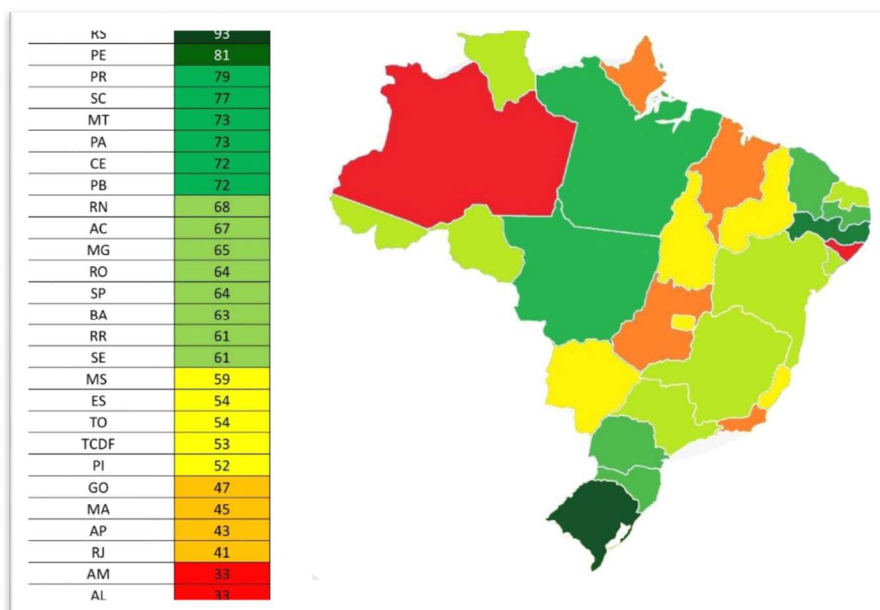
a) lamenta profundamente a rejeição, pela Câmara dos Deputados, de todas as medidas discutidas e amadurecidas no âmbito deste fórum que representariam avanços incontestáveis e essenciais ao sistema nacional de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, especialmente o aperfeiçoamento do regime legal de prescrição penal, a extinção de domínio e o confisco alargado, a criminalização do enriquecimento ilícito e a proteção ao reportante cidadão (*whistleblower*);

b) manifesta grande preocupação com a aprovação de medidas que criminalizam o desempenho de funções institucionais das autoridades legalmente dedicadas ao enfrentamento da corrupção e da lavagem de dinheiro e que coloquem em risco a efetividade do sistema de justiça; c) conclama o Senado Federal a restaurar a finalidade da iniciativa popular, reinserindo as medidas mencionadas ao projeto de lei em tramitação e retirando aquelas que representam retrocesso no combate à corrupção e à lavagem de dinheiro.

MJC - Ministério da Justiça e Cidadania

### Enccla divulga ranking da transparência dos Tribunais de Contas, Ministério Público e Poder Legislativo

O objetivo da ação é avaliar o acesso à informação nos órgãos públicos em âmbito federal, estadual e municipal, para além do Poder Executivo



01/12/16 – O Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul foi considerado o mais transparente, segundo estudo realizado por um dos grupos de trabalho da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla 2016). A metodologia foi desenvolvida na Estratégia e resultou no Ranking

da Transparência – que realizou, em 2016, a avaliação nos poderes Legislativo (três esferas), Ministério Público (esfera federal e estadual) e Tribunais de Contas (esfera federal, estadual e municipal).

O ranking ainda mostrou que o Poder Legislativo de Santa Catarina apresentou melhores índices de transparência. Já o Ministério Público do Mato Grosso teve a melhor pontuação. O objetivo da ação é avaliar o acesso à informação nos órgãos públicos em âmbito federal, estadual e municipal, para além do Poder Executivo.

O grupo também atualizou o catálogo de iniciativas de fomento à transparência do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União.

A 14ª Reunião Plenária da Enccla é realizada este ano em Natal-RN e, nesta quinta-feira (1º/12), divulga as ações de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro que serão desenvolvidas em 2017.

Fonte: MJC

MJC - Ministério da Justiça e Cidadania

### **Enccla divulga resultado das ações desenvolvidas em 2016**

Entre os avanços está a criação do aplicativo que possibilita a fiscalização de gastos públicos pela população e o ranking de transparência de Tribunais de Contas, Ministérios Públicos e Poder Legislativo



**30/11/16** – A 14ª Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Ennccla) apresentou, nesta quarta-feira, os resultados obtidos em 2016. Foram definidas 13 ações para o enfrentamento desses crimes.

Uma dessas ações resultou na realização do concurso “Hackathon de combate à corrupção”, que deu origem ao aplicativo “As Diferentonas”. O sistema permite que a população monitore a execução dos recursos federais, repassados por convênios, a municípios brasileiros.

Outro resultado foi a elaboração do ranking da transparência ativa dos Tribunais de Contas, Ministério Público e Poder Legislativo, apresentado com o objetivo de avaliar o acesso à informação nos órgãos públicos em âmbito federal, estadual e municipal, para além do Poder Executivo. A Enccla criou a



metodologia e aplicou o formulário de avaliação. Além disso, a ação atualizou o Catálogo de Fomento de Transparência.

A Estratégia apresentou ainda as diretrizes para implantação e funcionamento de sistemas estaduais e municipais de controle interno. As auditorias são importantes instrumentos preventivos contra a corrupção, pois analisam toda a gestão dos recursos públicos. As boas práticas nacionais e internacionais apontam que a melhor maneira de prevenir e de combater as fraudes e a corrupção nas contas públicas é a adoção de um sistema de controle interno adequadamente estruturado e operacionalizado.

MJC - Ministério da Justiça e Cidadania

### **Relatório de ações 2016 da Enccla é aprovado por consenso**

*Os mais de 70 órgãos que integram a Estratégia responsável por propor medidas de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro também apresentaram uma moção sobre os temas discutidos no encontro anual*

**29/11/16** - A 14ª Reunião Plenária da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) começou, nesta segunda-feira, com a aprovação do relatório sobre as 13 ações desenvolvidas ao longo do ano de 2016. Houve consenso entre todos os participantes. Os trabalhos foram coordenados pela Secretaria Executiva da Enccla, por meio do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI), da Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania do Ministério da Justiça e Cidadania (SNJC/MJC)

Em 2016 foram concluídos importantes produtos das ações que foram executadas pelos órgãos participantes. Destacam-se o conjunto de propostas normativas oriundas de diferentes grupos de trabalho, as quais, quando incorporadas ao ordenamento jurídico brasileiro, trarão importantes inovações nas contratações públicas, no compartilhamento de informações sigilosas, na movimentação de recursos em espécie e na inovadora área da proteção e incentivo à figura do *whistleblower*.

O secretário Nacional de Justiça e Cidadania, Gustavo Marrone, destacou que as ações ajudaram na melhoria dos processos de prevenção e combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, aumentando a coordenação nos diversos órgãos de controle com troca de informação e criação de instrumentos de prevenção e fiscalização. "O combate à corrupção deve ser contínuo. É importante manter a estratégia sempre ativa, incentivando a criação de novos instrumentos para acompanhar a evolução da sociedade", afirmou.

A XIV Plenária da Enccla marca ainda um ano de reforço da atuação da Estratégia como rede de articulação institucional. Em 2016, a parceria com organizações da sociedade civil e com movimentos estaduais de combate à corrupção foi intensificada em diferentes aspectos. Exemplo disso é que mais da metade das propostas de ações que serão desenvolvidas pela Enccla em 2017 partiu dessas entidades.

Paralelamente, o Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (PNLD), criado no âmbito da Enccla 2004, difunde conhecimento especializado. Foram promovidos treze cursos em diferentes estados brasileiros, com a capacitação de 1.670 agentes públicos que atuam no combate aos crimes em questão. Merece destaque também o Projeto PNLD/EAD (ensino a distância), no âmbito do qual foram capacitados 502 servidores.

Outro avanço da Enccla está presente no crescimento da Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia (Rede-Lab), que em 2016 atingiu a marca de 39 laboratórios em funcionamento e outros 17 em instalação (com previsão de inauguração até 2018). Concebidos na Enccla 2006 e trazidos à realidade em 2007, os laboratórios da Rede-Lab analisaram, até hoje, mais de 5 mil casos, com a identificação de cerca de R\$ 38 bilhões em ativos com indícios de ilicitude. Os trabalhos dessas unidades são amplamente valorizados pelos agentes públicos que atuam na área da persecução criminal.

### **Moção e novas ações**

Na segunda-feira (28), a plenária aproveitou o momento em que os participantes estavam reunidos e apresentou uma moção sobre combate à corrupção e à lavagem de dinheiro.

As propostas para 2017 começam a ser discutidas a partir desta terça-feira (29). As ações do ano seguinte serão divulgadas na quinta-feira (1º/12), quando se encerra o evento.

### **A trajetória da Enccla**

A Enccla, articulação ímpar do Estado e da sociedade para enfrentamento de crimes contra o patrimônio público, chega à 14ª edição reafirmando seu papel de protagonismo. Instituída em 2003, sob a coordenação do Ministério da Justiça e Cidadania (MJC), a Estratégia é composta por mais de 70 órgãos públicos e entidades da sociedade civil. Juntos, eles avaliam os resultados das ações dos anos anteriores e elegem propostas de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro que serão desenvolvidas no ano seguinte.

[MJC - Ministério da Justiça e Cidadania](#)

### **[Enccla apresenta moção sobre medidas de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro](#)**

Natal, 28/11/16 - A 14ª Reunião Plenária da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), fórum que reúne mais de 70 órgãos públicos e entidades privadas ligadas à prevenção e à repressão da corrupção e da lavagem de dinheiro, manifesta:

- a) apoio à aprovação de medidas que representam avanços incontestáveis e essenciais ao sistema nacional de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro e que são há anos discutidas e aprovadas por este fórum nacional, especialmente o aperfeiçoamento do regime legal de prescrição penal, o maior rigor da punição dos crimes contra a administração pública, a extinção de domínio e o confisco alargado, a criminalização do enriquecimento ilícito e a proteção ao reportante cidadão (whistleblower);
- b) preocupação com iniciativas que signifiquem retrocesso dos mecanismos de controle que colidam com o espírito da iniciativa popular ou que retaliem os órgãos legalmente dedicados ao controle da corrupção e da lavagem de dinheiro.

[MPF – Ministério Público Federal](#)

### **[Enccla apresenta moção de apoio às 10 Medidas contra a Corrupção](#)**

Documento foi aprovado durante reunião em Natal





Foto: Divulgação MJC

29/11/2016 - A 14ª Reunião Plenária da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), fórum que reúne mais de 70 órgãos públicos e entidades privadas ligadas à prevenção e à repressão da corrupção e da lavagem de dinheiro, manifestou, nessa segunda-feira, 28 de novembro, em Natal (RN):

- a) apoio à aprovação de medidas que representam avanços incontestáveis e essenciais ao sistema nacional de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro e que são há anos discutidas e aprovadas por este fórum nacional, especialmente o aperfeiçoamento do regime legal de prescrição penal, o maior rigor da punição dos crimes contra a administração pública, a extinção de domínio e o confisco alargado, a criminalização do enriquecimento ilícito e a proteção ao reportante cidadão (*whistleblower*);
- b) preocupação com iniciativas que signifiquem retrocesso dos mecanismos de controle que colidam com o espírito da iniciativa popular ou que retaliem os órgãos legalmente dedicados ao controle da corrupção e da lavagem de dinheiro.

Fonte: Enccla

[MPF – Ministério Público Federal](#)

### **10 Medidas: Enccla manifesta preocupação com retrocesso no combate à corrupção**

*Documento foi aprovado em reunião plenária realizada nesta semana. Veja a íntegra.*

Manifesto da ENCCLA em Natal/RN

02/12/2016 - A XIV Reunião Plenária da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), fórum que reúne mais de setenta órgãos públicos e entidades privadas ligadas à prevenção e à repressão da corrupção e da lavagem de dinheiro:

- a) lamenta profundamente a rejeição, pela Câmara dos Deputados, de todas as medidas discutidas e amadurecidas no âmbito deste fórum que representariam avanços incontestáveis e essenciais ao sistema nacional de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, especialmente o aperfeiçoamento do regime legal de prescrição penal, a extinção de domínio e o confisco alargado, a criminalização do enriquecimento ilícito e a proteção ao reportante cidadão (*whistleblower*);

- b) manifesta grande preocupação com a aprovação de medidas que criminalizam o desempenho de funções institucionais das autoridades legalmente dedicadas ao enfrentamento da corrupção e da lavagem de dinheiro e que coloquem em risco a efetividade do sistema de justiça;
- c) conclama o Senado Federal a restaurar a finalidade da iniciativa popular, reinserindo as medidas mencionadas ao projeto de lei em tramitação e retirando aquelas que representam retrocesso no combate à corrupção e à lavagem de dinheiro.

Fonte: *Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (Enccla*  
- <http://enccla.camara.leg.br/>)

MPF – Ministério Público Federal

### **Para PGR, combate à corrupção é instrumento de evolução do processo civilizatório**

No Dia Internacional de Combate à Corrupção, ele defendeu o trabalho cooperado entre as instituições e órgãos de controle

07/12/16 – “Vejo o combate à corrupção como um importante instrumento da evolução do nosso processo civilizatório. O desenvolvimento da nossa sociedade se dará de maneira mais aprimorada se incorporarmos, não só na agenda das instituições, mas no cidadão brasileiro, o combate à corrupção”, declarou o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, nesta quarta-feira, 7 de dezembro, durante debate sobre as 10 Medidas do Ministério Público Federal (MPF), em comemoração do Dia Internacional de Combate à Corrupção.

Durante o evento, promovido pela Câmara de Combate à Corrupção do MPF, em Brasília (DF), o procurador-geral da República enfatizou a importância do trabalho cooperado entre todas as instituições e órgãos de controle para atingir os objetivos de aprimorar o combate à corrupção. De acordo com ele, a transparência é fundamental para que seja demonstrada “uma atividade profissional, não ideológica e destinada única e exclusivamente ao combate à corrupção”.

Em relação às 10 Medidas contra a Corrupção, o PGR destacou que “todos esses instrumentos constam de tratados ou de convenções internacionais, ou já foram provados em países cujo o desenvolvimento do processo civilizatório está além do nosso”, explicou.

Ao salientar a importância do Poder Legislativo no combate à corrupção, Janot declarou que “sem uma base legal eficaz e moderna, que coloque à disposição dos órgãos de controle os instrumentos necessários para a atuação de cada um, nada disso seria ou será possível”. Segundo ele, a aprovação da Lei da Ficha Limpa, da Lei de Acesso à Informação, da Lei de Combate ao Crime Organizado – que possibilitou a colaboração premiada -, e da modernização da Lei de Lavagem de Dinheiro foi fundamental para se chegar aos resultados atuais. “São outros vários instrumentos normativos que o Parlamento teve a sensibilidade de entender pertinentes, convenientes e oportunos para oferecer instrumentos de investigação aos órgãos de controle, entre eles, o MPF”, salientou o procurador-geral.

Ao final de sua exposição, o PGR anunciou que Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) foi firmado pela Câmara de Combate à Corrupção com o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal (CEF). O objetivo é disciplinar os saques de recursos públicos em espécie nas instituições bancárias oficiais. “Será um salto de enorme de qualidade no controle da circulação dos valores públicos que são depositados nesses bancos, que tiveram a sensibilidade de entender que o saque em espécie dificilmente torna viável o rastreamento desse dinheiro depois. Além disso, mostra que a atividade do MPF não é só repressiva; a gente também trabalha na prevenção. A prevenção é o melhor remédio no combate à corrupção”, salientou.

Discussões – Ao iniciar sua apresentação, a coordenadora interina da Câmara de Combate à Corrupção do MPF, subprocuradora-geral da República Mônica Nicida, destacou que a semana do Dia Internacional de Combate à Corrupção “marca o feliz reconhecimento da importância da atuação do MPF, por meio da entrega de dois prêmios: um nacional e outro internacional”. Segundo ela, o Senado teve a sensibilidade de reconhecer que o debate sobre o combate à corrupção é relevante e precisa ser feito. “A sociedade está exigindo e estamos incentivando tudo isso. A aprovação dessas medidas, tenho certeza, será um importantíssimo passo no combate à corrupção e para o fortalecimento das instituições nessa luta que temos travada”, enfatizou.

O vice-procurador-geral Eleitoral, Nicolao Dino, explicou que o MPF não tem investido apenas em instrumentos de persecução, mas de prevenção de corrupção. Nesse sentido, destacou o trabalho realizado para estimular a transparência na administração pública brasileira: o projeto Ranking da Transparência avaliou os níveis de transparência dos portais mantidos por administrações municipais e estaduais. “Tivemos um retorno extremamente positivo”, disse.

O deputado federal Onyx Lorenzoni, relator do PL 4.850/16 na Câmara dos Deputados, disse que as 10 medidas estavam na direção de ser “um conjunto proposto com o espírito que a sociedade brasileira deseja, que é o espírito de combater a corrupção”. Ao final de sua exposição, o deputado federal declarou que espera que o Senado possa recompor o que foi desfeito pela Câmara na aprovação do projeto.

Também participaram da meda de debates a subprocuradora-geral da República e membro titular da 5ª CCR Maria Hilda Marsiaj (mediadora), os senadores Randolfe Rodrigues, Álvaro Dias e Ronaldo Caiado, os procuradores da República Ronaldo Queiroz e Roberson Pozzobon (Lava Jato), os promotores de Justiça André Luis Silva Fetal e Roberto Livianu, o representante da Transparência Internacional Bruno Andrade Brandão.

# ENCCLA

Esse boletim é diagramado e divulgado pela Secretaria Executiva da Enccla,  
Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional  
Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania - Ministério da Justiça e Cidadania  
Contato: [comunica.enccla@mj.gov.br](mailto:comunica.enccla@mj.gov.br) ou 61 2025-8900